

Questões.

(MJ – Gerente de Projetos de TI – Funcab – 2015)

1. A Instrução Normativa nº 4, de 12 de novembro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão considera que a equipe de planejamento da contratação é composta por três tipos de integrantes:

- a) técnico, administrativo e requisitante.
- b) gerencial, específico e técnico.
- c) administrativo, final e controlador.
- d) específico, gerencial e requisitante.
- e) controlador, final e verificador.

(APO-TI – Gerencia de Projetos e Governança de TI – 2015 – ESAF)

2. [56] A Instrução Normativa MPOG/SLTI n. 4, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal, prevê que as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação deverão seguir três fases. Essas fases são:

- a) planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão do contrato.
- b) estudo técnico preliminar, análise de riscos e elaboração do projeto básico.
- c) elaboração de projeto básico, realização de licitação e assinatura do contrato.
- d) instituição da comissão de licitação, realização da licitação e assinatura do contrato.
- e) análise de riscos, elaboração de projeto básico e contratação.

3. [74] De acordo com a Instrução Normativa MPOG/SLTI n. 4, um dos itens exigidos no Projeto Básico é o Modelo de Gestão do Contrato. Este modelo deve contemplar, sempre que possível, os itens a seguir, exceto:

- a) fixação das rotinas de execução, com a definição de processos e procedimentos de fornecimento da solução de tecnologia da informação.
- b) fixação dos critérios de aceitação dos serviços prestados ou bens fornecidos, abrangendo métricas, indicadores e níveis de serviços com os valores mínimos aceitáveis para os principais elementos que compõem a solução de tecnologia da informação.
- c) fixação dos valores e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- d) procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos termos de recebimento provisório e definitivo, conforme disposto no art. 73 da Lei n. 8.666, de 1993.

e) procedimentos para emissão de nota fiscal e pagamento, descontados os valores oriundos da aplicação de eventuais glosas ou sanções.

4. [75] De acordo com o Decreto n. 3.555, de 8 de agosto de 2000, que aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, é correto afirmar que:

- a) a homologação do resultado da licitação compete ao Pregoeiro.
- b) até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- c) deve ser realizado obrigatoriamente na modalidade eletrônica, através do portal de compras governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br).
- d) essa modalidade de licitação se destina à contratação de qualquer tipo de bens ou serviços.
- e) o único critério de seleção do fornecedor é o de menor preço.

(ANAC – Tecnologia da Informação – 2015 – ESAF)

5. [3] A IN SLTI 04/2010, Art. 4º, parágrafo único, determina que se o órgão não possuir um Planejamento Estratégico Institucional formalizado deverá

- a) buscar o alinhamento por meio de outros instrumentos norteadores equivalentes.
- b) limitar-se a contratações inferiores a R\$ 80.000,00 enquanto a deficiência não for sanada.
- c) restringir as contratações a bens de TI, evitando a contratação de serviços de TI.
- d) utilizar o PDTI como instrumento norteador.
- e) suspender seus processos de contratação enquanto a deficiência não for sanada.

6. [69] Segundo a Instrução Normativa SLTI/MP n. 04/2010, o Plano de Inserção da contratada será elaborado

- a) apenas pelos Fiscais Técnico e Requisitante.
- b) pelo Gestor do Contrato e pelo Preposto da contratada.
- c) apenas pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato.
- d) pelos Fiscais Técnico e Requisitante e pelo Preposto da contratada.
- e) pelos Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante e pelo Gestor do Contrato.

(TCE-CE – Tecnologia da Informação – 2015 – FCC)

7. [55] Um Tribunal de Contas está adquirindo um equipamento de armazenamento de dados em meio magnético. Na licitação emitida pelo Tribunal, todos os preços dos fornecedores estrangeiros poderão ser expressos em dólar norte-americano, porém, os

participantes nacionais da licitação não poderão cotar em dólar, mas somente em reais.

Considerando a Lei no 8.666/1993, esse procedimento está

(A) correto, pois são permitidas cotações em moeda estrangeira em licitações, somente quando o licitante for estrangeiro.

(B) incorreto, pois não são permitidas licitações públicas em moeda estrangeira.

(C) incorreto, pois não é permitido fornecedores nacionais ou importadores em território nacional para que seja possível cotar em moeda de outro país.

(D) incorreto, pois a única moeda estrangeira permitida em licitações é o peso, moeda utilizada no Mercosul.

(E) incorreto, pois a lei exige igual tratamento entre fornecedores estrangeiros e nacionais.

8. [56] Uma empresa fornecedora de soluções em Tecnologia da Informação pretende beneficiar-se dos incentivos fiscais da Lei no 8.248/1991 em uma operação de fornecimento de equipamentos receptores de sinal televisivo. Esses benefícios

(A) serão concedidos se os receptores forem incorporados a um aparelho de radiodifusão.

(B) não serão concedidos, pois a lei trata de regras de licitação e não de benefícios fiscais.

(C) não serão concedidos, pois equipamentos receptores de sinal televisivo encontram-se numa lista de exceção da lei.

(D) serão concedidos se os receptores forem incorporados a um aparelho de gravação ou de reprodução de som.

(E) serão concedidos se os receptores forem incorporados a um aparelho de gravação ou de reprodução de imagem.

(TJ – AP – Analista Judiciário – TI – 2014 – FCC)

9. Um órgão que não possui um planejamento estratégico documentado planeja adquirir soluções de TI. Ele é integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP do Poder Executivo Federal, e está sujeito à Instrução Normativa nº 04 de 2010. Nesse caso, o órgão

a) não pode realizar as aquisições, pois o planejamento estratégico que deve ser desenvolvido a cada três anos e deve ser revisado em igual período, é instrumento fundamental para liberar recursos financeiros para a contratação de soluções de TI.

b) pode realizar as aquisições sem restrições, uma vez que essa modalidade de compras é tratada como exceção na IN 04/2010.

c) pode realizar as aquisições utilizando o documento de planejamento existente no órgão ou entidade, a exemplo do Plano Plurianual ou instrumento equivalente, registrando no PDTI a

ausência do planejamento estratégico do órgão e indicando os documentos utilizados.

d) pode realizar as aquisições sem necessidade de planejamento, desde que sejam garantidos os critérios de aceitação das soluções adquiridas, através de ações de inspeção pelo fiscal técnico do contrato.

e) pode realizar as aquisições, porém, a execução da contratação terá início com o recebimento pela área de oficialização de demanda do Documento de Oficialização da Demanda, a cargo da área responsável pela fiscalização técnica.

10. Um órgão sujeito à Instrução Normativa no 04 de 2010 pretende contratar duas soluções diferentes de TI em um mesmo contrato, em razão das duas pertencerem ao mesmo fornecedor. Esse procedimento é

a) correto, pois as múltiplas contratações garantem o princípio do melhor aproveitamento do orçamento planejado.

b) incorreto, pois não poderão ser objeto de contratação mais de uma solução de TI em um único contrato.

c) incorreto, caso não trate de contratação de serviços de gerenciamento de processos de TI.

d) correto, desde que sejam várias soluções de um único fornecedor.

e) correto, pois as múltiplas contratações garantem o princípio do gasto público dentro do limite do possível.

(TCE-SP – Gestão de Projetos e GTI – 2014 – Vunesp)

11. [75] Segundo a literatura, a função básica e o foco de trabalho de um preposto de uma empresa contratada para executar um contrato de TI é

(A) cobrir as férias dos profissionais envolvidos na execução do projeto.

(B) conferir a correção dos códigos fonte gerados pela equipe de desenvolvimento.

(C) estar atualizado com as últimas novidades tecnológicas do mercado.

(D) fazer a tradução dos documentos gerados para a língua inglesa.

(E) fiscalizar e orientar os profissionais da empresa para um correto e pontual cumprimento do contrato.

(TRF 1ª – Informática – 2014 – FCC)

12. [47] De acordo com a Resolução CNJ 182 de 17/10/2013, a Equipe de Planejamento da Contratação, responsável por auxiliar a Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, deve ser composta, sempre que possível e necessário, pelos integrantes: servidor representante da Área

I. Administrativa indicado pela respectiva autoridade competente, responsável por apoiar e orientar os integrantes das áreas Demandante e de Tecnologia da Informação e Comunicação nos aspectos administrativos da contratação.

II. Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação indicado pela respectiva autoridade competente, responsável pelos aspectos funcionais da solução a ser contratada, e pela condução dos trabalhos da equipe de planejamento.

III. de Tecnologia da Informação e Comunicação indicado pela respectiva autoridade competente, responsável pelos aspectos técnicos da solução a ser contratada.

Os integrantes I, II e III referem-se, correta e respectivamente, a

(A) Gestor do contrato, Preposto e Fiscal técnico do contrato.

(B) Administrativo, Demandante e Técnico.

(C) Gestor administrativo, Gestor de planejamento e Gestor técnico.

(D) Administrativo, Preposto e Fiscal técnico do contrato.

(E) Gestor do contrato, Gestor demandante e Gestor técnico.

13. [48] De acordo com a Instrução Normativa para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação (MPOG/SLTI IN 04/2010), a Análise de Viabilidade da Contratação compreende as seguintes tarefas, EXCETO:

(A) definição e especificação dos requisitos e identificação das diferentes soluções que atendam a estes requisitos.

(B) análise e comparação entre os custos totais de propriedade das soluções identificadas, levando-se em conta os valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia e manutenção.

(C) definição da Estratégia da Contratação, com fixação de critérios de aceitação dos serviços prestados, abrangendo métricas, indicadores e valores máximos aceitáveis.

(D) escolha da Solução de Tecnologia da Informação e justificativa da solução escolhida, indicando os bens e serviços que a compõem, identificando os benefícios a serem alcançados, dentre outros critérios.

(E) avaliação das necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual, que servirá de subsídio para o Plano de Inserção.

(CNMP – Desenvolvimento de Sistemas – 2014 – FCC)

14. [52] Considere a Resolução no 102, de 23 de Setembro de 2013 do CNMP e as seguintes situações referentes a um processo de contratação de soluções de TI:

I. No contrato ficou estabelecido que a execução da fase de Planejamento da Contratação seria desnecessária porque o tipo de contratação seria feito por inexigibilidade de licitação.

II. O contrato vedou o reembolso de despesas de

transporte e hospedagem à contratada.

III. O contrato estabeleceu como obrigatória somente a fase de Planejamento da Execução porque, tratando-se de fornecedor exclusivo, foram dispensadas as fases de Seleção do Fornecedor e de Gerenciamento do Contrato.

IV. Foi vedada, no edital, a publicação da remuneração dos funcionários da contratada.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e IV.

(B) II e IV.

(C) I, II e III.

(D) II e III.

(E) IV.

(TRT 16ª – Analista Judiciário – TI – 2014 – FCC)

15. [48] O Capítulo II da Instrução Normativa MP/SLTI no 04, de 12 de novembro de 2010, está dividido em 3 seções que contemplam todo o procedimento para execução das fases de Planejamento da Contratação, Seleção de Fornecedor e Gerenciamento do Contrato. Na Seção II do capítulo II, que trata da Seleção de Fornecedor, afirma-se que

a) a fase de Seleção do Fornecedor se encerrará com a assinatura do contrato e com a nomeação do Gestor do Contrato.

b) caberá exclusivamente à Área Jurídica apoiar tecnicamente o pregoeiro ou a Comissão de Licitação na análise e julgamento das propostas e dos recursos apresentados pelos licitantes.

c) caberá exclusivamente à Área de Planejamento e Contratação apoiar tecnicamente o pregoeiro ou a Comissão de Licitação na resposta aos questionamentos ou às impugnações dos licitantes.

d) caberá à Área de Licitações conduzir as etapas da fase de Seleção do Fornecedor.

e) caberá à Área de Licitações analisar as sugestões feitas pela área de TI para o Termo de Referência ou Projeto Básico e demais documentos.

(Câmara Municipal – SP – Consultor Técnico Legislativo – Informática – 2013 – FCC)

16. [39] Segundo a Seção II (Seleção do Fornecedor) da Instrução Normativa para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - IN 04/2010, publicada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fase de Seleção do Fornecedor terá início com o encaminhamento do Termo de Referência ou Projeto Básico pela Área de

a) Tecnologia da Informação à Área de Licitações.

b) Planejamento e Gestão à Área de Licitações.

c) Planejamento e Infraestrutura à Área de Tecnologia da Informação.

d) Tecnologia da Informação à Área de Contratos e Compras.

e) Licitações à Área de Tecnologia da Informação.

(TRT 5ª – Analista Judiciário – TI – 2013 – FCC)



17. [42] De acordo com a Instrução Normativa para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação (MPOG/SLTI IN 04/2010), a tarefa "Análise de Viabilidade da Contratação", da fase de Planejamento da Contratação, compreende a "identificação das diferentes soluções que atendam aos requisitos". Para tanto, deve-se manter a observância às políticas, premissas e especificações técnicas definidas por:

- a) Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (PIGE) e Control Objectives for Information and related Technology (CobiT).
- b) Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (MAGE) e Project Management Body of Knowledge (PMBOK).
- c) Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPB) e Normas NBR ISO/IEC: 27001:2006, 27002:2005, 27005 e 15999.
- d) Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING) e Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e- MAG).
- e) Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) e Normas NBR ISO/IEC: 27001:2006, 27002:2005, 27005 e 15999.

18. [43] A Instrução Normativa para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação (MPOG/SLTI IN 04/2010), elenca, no que se refere às licitações dos tipos técnica e preço, as seguintes recomendações:

I. Incluir critérios de pontuação técnica que não estejam diretamente relacionados com os requisitos da Solução de Tecnologia da Informação a ser contratada ou que frustrem o caráter competitivo do certame.

II. Incluir, para cada atributo técnico da planilha de pontuação, sua contribuição percentual com relação ao total da avaliação técnica.

III. Proceder à avaliação do impacto de pontuação atribuída em relação ao total de pontos, observando se os critérios de maior peso são de fato os mais relevantes e, se a ponderação atende ao princípio da razoabilidade.

IV. Fixar os fatores de ponderação das propostas técnicas e de preço sem justificativa.

As recomendações que são VEDADAS pela IN são APENAS:

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e III.

(MPOG – Analista em TI – 2013 - Funrio)

19. [35] De acordo com o Guia Prático para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação V 1.1 - SLTI e a Instrução Normativa para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - SLTI/MP IN 04/2010, é correto afirmar que o Integrante Técnico do Modelo de Contratação de Soluções de TI participa

- a) somente da fase de Planejamento da

Contratação de Soluções de TI.

- b) somente da fase de Seleção do Fornecedor de Soluções de TI.
- c) das fases de Seleção do Fornecedor de Soluções de TI e de Gerenciamento do Contrato de Soluções de TI.
- d) das fases de Planejamento da Contratação de Soluções de TI e de Seleção do Fornecedor de Soluções de TI.
- e) de todas as fases do Modelo de Contratação de Soluções de TI.

20. [37] O sistema estruturante do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, com a finalidade de integrar e dotar os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional de instrumento de modernização, em todos os níveis, em especial:

- I - o catálogo unificado de materiais e serviços;
- II - o cadastramento unificado de fornecedores;
- III - o registro de preços de bens e serviços.

é conhecido pela sigla

- a) SIASG.
- b) SIAFI.
- c) SIAPE.
- d) SIOrg.
- e) SICAF.

21. [38] O Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo Federal, criado pelo Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, é integrado pelo Órgão Central (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), Órgãos Setoriais, Comissão de Coordenação, Órgãos Seccionais e Órgãos Correlatos. Dentre as alternativas abaixo, indique aquela que NÃO identifica UMA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS SETORIAIS (unidades de administração dos recursos de tecnologia da informação dos Ministérios e dos órgãos da Presidência da República .

- a) Coordenar, planejar, articular e controlar as ações relativas aos recursos de tecnologia da informação, no âmbito dos respectivos Ministérios ou órgãos da Presidência da República.
- b) Acompanhar e avaliar os resultados da regulamentação emanada do Órgão Central do SISP, e propor ajustamentos.
- c) Fornecer subsídios ao Órgão Central do SISP, por intermédio da Comissão de Coordenação, para a definição e elaboração de políticas, diretrizes e normas gerais relativas ao SISP.
- d) Cumprir e fazer cumprir, por meio de políticas, diretrizes, normas e projetos setoriais, as políticas, diretrizes e normas gerais emanadas do Órgão Central do SISP.
- e) Participar, como membro da Comissão de Coordenação, dos encontros de trabalho programados para tratar de assuntos relacionados ao SISP.

(TRT 12ª – Analista Judiciário – TI – 2013 – FCC).

22. De acordo com a Instrução Normativa 04 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, de 12 de novembro de 2010, a fase de Planejamento da Contratação consiste nas seguintes etapas:

- I. Análise de Viabilidade da Contratação.
- II. Plano de Sustentação.

III. Estratégia da Contratação.

IV. Análise de Riscos.

V. Termo de Referência ou Projeto Básico.

As atividades:

- entrega de versões finais dos produtos e da documentação;
- transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação;
- devolução de recursos;
- revogação de perfis de acesso;
- eliminação de caixas postais.

pertencem à etapa

- a) V.
- b) I.
- c) IV.
- d) II.
- e) III.

(MP-MA – Analista Ministerial – Segurança da Informação – 2013 - FCC).

23. De acordo com a Instrução Normativa 04 de 12/11/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação deverão seguir três fases, quais sejam:

- a) Oficialização da Demanda; Seleção do Processo de Licitação e Capacitação Tecnológica.
- b) Análise de Viabilidade; Escrita do Contrato e Gerenciamento dos Recursos de TI.
- c) Planejamento da Contratação; Seleção do Fornecedor e Gerenciamento do Contrato.
- d) Avaliação das Necessidades; Estimativa do Orçamento e Implantação da Solução de TI.
- e) Planejamento da Solução de TI; Seleção dos Fornecedores de TI e Implantação da Solução de TI.

(PGJ-CE – Analista Ministerial – Ciências da Computação – 2013 – FCC)

24. De acordo com a IN 04/2010,

- a) as contratações de Aquisições de TI deverão seguir quatro fases: I. Planejamento da Contratação; II. Planejamento da Licitação; III. Seleção da Aquisição; e IV. Gerenciamento do Contrato.
- b) a execução da fase de Planejamento da Contratação não é obrigatória no caso de ter havido dispensa de licitação ou licitação dispensada.
- c) em consequência da padronização existente no mercado de TI, é aceita unicamente a utilização da modalidade Pregão Público para as contratações.
- d) a fase de Seleção do Processo de Licitação terá início com o recebimento pela Área Financeira do Documento de Oficialização da Demanda, a cargo da Área Requisitante do Contrato. Esta fase não necessita ser conhecida pela Área de TI.
- e) a fase de Gerenciamento do Contrato visa acompanhar e garantir a adequada prestação dos serviços e o fornecimento dos bens que compõem a Solução de TI durante todo o período de execução do contrato.

(CGU – Analista de Finanças e Controle – TI – Desenvolvimento – 2012 – ESAF).

25. [2]. No Planejamento da Contratação de Soluções de TI, em que momento deverá ser realizado o processo Estratégia de Contratação?

- a) Após a produção da Análise de Riscos.
- b) Após a produção da Análise de Riscos e do Termo de Referência.
- c) Após a produção do Plano de Sustentação e do Termo de Referência.
- d) Após a produção da Análise da Viabilidade e da Análise de Riscos.
- e) Após a produção da Análise da Viabilidade e do Plano de Sustentação.

26. [3] São atores da fase de Seleção do Fornecedor de Soluções TI:

- a) Contratada, Área Administrativa, Área de Licitações, Área de Tecnologia da Informação.
- b) Área Requisitante da Solução, Área Administrativa, Área de Licitações.
- c) Equipe de Planejamento da Contratação, Área de Licitações.
- d) Área Administrativa, Área de Licitações, Área de Tecnologia da Informação.
- e) Integrante Administrativo, Área de Licitações, Área de Tecnologia da Informação.

(SEFAZ – TI – 2010 – ESAF).

27. [37] Segundo a Instrução Normativa n. 4, de 19 de maio de 2008, a fase de Planejamento da Contratação consiste nas seguintes etapas:

- a) análise de sustentabilidade da contratação, plano de viabilidade, estratégia de contratação e análise de custos.
- b) análise de viabilidade da contratação, plano de sustentação, estratégia de contratação e análise de riscos.
- c) análise de viabilidade da contratação, plano de desenvolvimento, estratégia de gestão e análise de riscos.
- d) análise de viabilidade da coordenação, plano de sustentação, estratégia de contratação e análise de custos e benefícios.
- e) análise de viabilidade da contratação, plano de organização, estratégia de consolidação e análise de riscos.

28. [47] Segundo a Instrução Normativa n. 4, de 19 de maio de 2008, Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI é o instrumento de diagnóstico de

- a) planejamento e auditoria dos recursos e processos de TI, que visa atender às necessidades de decisão de um órgão ou entidade para um determinado período.
- b) planejamento e gestão dos recursos e processos de TI, que visa atender às necessidades de informação de um órgão ou entidade para um determinado período.
- c) organização e gestão dos recursos e programas de TI, que visa atender a redes sociais de um órgão ou entidade a médio prazo.
- d) planejamento e avaliação dos recursos e processos de TI, que visa racionalizar necessidades de informação de um órgão ou entidade por prazo indeterminado.
- e) controle e avaliação dos recursos oriundos de TI, que visa a guarda e proteção das informações de um órgão ou entidade para um determinado período.

29. [7] Para efeito da Instrução Normativa n. 4, de 19 de maio de 2008, considera-se

- a) área de TI a unidade setorial ou seccional do FISOP, bem como área correlata, responsável por operar a TI do órgão ou entidade.

- b) requisitante do serviço qualquer unidade administrativa que demande a contratação de um serviço de TI.
- c) solução de TI os serviços e produtos terceirizados para o ajuste dos resultados já alcançados.
- d) software a metodologia computacional constituída de programas, procedimentos e documentação adquirida para atendimento de necessidades específicas do MPOG.
- e) requisitos o conjunto de documentos necessários para formalizar a Solução de TI a ser contratada.

(INFRAERO – Gestão de TI – 2011 – FCC).

30. [60] Sobre a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, de 19 de maio de 2008, que dispõe sobre o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, NÃO se trata de uma etapa da fase de Planejamento da Contratação:

- a) o Plano de Sustentação.
- b) a Estratégia de Contratação.
- c) a Análise de Riscos.
- d) o Plano Estratégico de TI.
- e) a Análise de Viabilidade da Contratação.

Gabarito.

(MJ – Gerente de Projetos de TI – Funcab – 2015)

1. A.

(APO-TI – Gerencia de Projetos e Governança de TI – 2015 – ESAF)

2. A.

3. A.

4. B.

(ANAC – Tecnologia da Informação – 2015 – ESAF)

5. A.

6. E.

(TCE-CE – Tecnologia da Informação – 2015 – FCC)

7. E.

8. C.

(TJ – AP – Analista Judiciário – TI – 2014 – FCC)

9. C.

10. B.

(TCE-SP – Gestão de Projetos e GTI – 2014 – Vunesp)

11. E.

(TRF 1ª – Informática – 2014 - FCC)

12. B.

13. C.

(CNMP – Desenvolvimento de Sistemas – 2014 – FCC)

14. B.

(TRT 16ª – Analista Judiciário – TI – 2014 – FCC)

15. D

(Câmara Municipal – SP – Consultor Técnico Legislativo – Informática – 2013 - FCC)

16. A.

(TRT 5ª – Analista Judiciário – TI – 2013 - FCC)

17. D.

18. B.

(MPOG – Analista em TI – 2013 - Funrio)

19. D

20. A

21. B

(TRT 12ª – Analista Judiciário – TI – 2013 – FCC).

22. D

(MP-MA – Analista Ministerial – Segurança da Informação – 2013 - FCC).

23. C

(PGJ-CE – Analista Ministerial – Ciências da Computação – 2013 – FCC)

24. E

(CGU – Analista de Finanças e Controle – TI - Desenvolvimento – 2012 – ESAF.)

25. E

26. A

(SEFAZ –TI – 2010 – ESAF).

27. B

28. B

29. B

(INFRAERO – Gestão de TI – 2011 – FCC).

30. D